

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312  1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  CDD 306.4
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e- book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>19</b>
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grandó	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
<a href="#">Maria Regina Momesso</a> <a href="#">Solange Aparecida de Souza Monteiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>86</b>
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
<a href="#">Keith Daiani da Silva Braga</a> <a href="#">Arilda Ines Miranda Ribeiro</a> <a href="#">Marcio Rodrigo Vale Caetano</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
<a href="#">Marjorie Evelyn Maranhão Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
<a href="#">Iury Fagundes da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
<a href="#">Raisha Conceição Silva</a> <a href="#">Ellen Laura Leite Mungo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHÃOES: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
<a href="#">Camilla Machado Cruz</a> <a href="#">Thágila da Silveira Ribeiro</a> <a href="#">Taís da Silva Martins</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
<a href="#">Rose Dayanne Santana Nogueira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
<a href="#">Carmem Silva de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos <b>DOI 10.22533/at.ed.71719231215</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>168</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>169</b>



## MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA

### Marcos Antonio Braga de Freitas

Docente do Programa de Pós-graduação Antropologia Social do Instituto de antropologia (INAN) e Professor do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: mabfreitas@hotmail.com

### Andréa Freitas de Vasconcelos

Feminista. Militante do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAM. E-mail: andrea\_f\_vasconcelos@yahoo.com.br

**RESUMO:** O objetivo desta comunicação é analisar o movimento de mulheres indígenas de Roraima na luta pelos direitos, destacando a sua mobilização nas etnorregiões políticas e culturais do lavrado roraimense. As mulheres indígenas são visibilizadas nos afazeres domésticos, sobretudo, no preparo da dieta alimentar em suas comunidades, mas nunca como lideranças políticas, ficando na maioria das vezes nos “bastidores” dos movimentos indígenas ao longo dos processos históricos. Em

Roraima, o movimento indígena tem visibilidade nos anos de 1970 com a assembleia dos tuxauas, materializando o Conselho Indígena de Roraima em meados dos anos de 1990, tendo na sua estrutura o Departamento de Mulheres Indígenas que assume a Secretaria-Geral. Com vistas ao seu empoderamento as mulheres criam a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIRR para articulação das questões feministas, levantando a bandeira do combate ao “alcoolismo” nas comunidades indígenas. Segundo a OMIRR é por meio da bebida alcoólica que a violência entra nas comunidades indígenas. Portanto, o combate ao alcoolismo, sendo uma das ações mais fortes e presentes no movimento de mulheres. O referencial teórico-metodológico está embasado nos estudos etnográficos como Strathern (2006) e, também com as questões do feminismo contemporâneo nas leituras de Torres (2011, 2015). Esperamos com esta comunicação trazer à tona as relações de gênero no contexto da realidade sociocultural indígena, e tem-se modificado com a organização do protagonismo das mulheres.<sup>1</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Indígenas. Movimento Indígena. Direitos. Feminismo.

<sup>1</sup> A versão preliminar do texto foi apresentada no 13 Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, entre os dias 30/07 a 04/08/2017, no Simpósio 077 “Intersecção de Gênero na Amazônia”. Trabalho publicado na Coletânea “Mulheres da Amazônia: cultura, violência e protagonismo”, Diogo Gonzaga Torres Neto; Karla Patrícia Palmeira Frota; Marcos Antonio Braga de Freitas (Orgs.), 2018.

## INTRODUÇÃO

A questão da mulher indígena na luta pelos seus direitos sociais e políticos é algo recente na história do movimento indígena brasileiro por meio de suas formas organizativas, saindo da invisibilidade e do silenciamento que historicamente marcaram a sua presença nas assembleias de tuxauas e lideranças tradicionais de base. O protagonismo torna-se uma bandeira de luta das indígenas para mostrar as suas demandas e contribuírem para fortalecer a defesa de direitos.

O ensaio tem a pretensão de colocar o movimento de mulheres indígenas de Roraima no contexto da mobilização política e social em âmbito estadual na sua articulação com os demais movimentos, a exemplo do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) seja ele em nível local ou regional.

Outro aspecto relevante é destacar como as relações de gênero foram construídas, excluindo o papel social da mulher indígena no movimento. Entretanto, frente a retomada da luta pelo território em Roraima nos de 1970, as indígenas têm parcela importante no enfrentamento com o Estado brasileiro pelos direitos constitucionais com sua participação ativa nas assembleias e reuniões comunitárias.

O aporte teórico-metodológico tem uma abordagem interdisciplinar, buscando o diálogo nos campos da antropologia, gênero e feminismo. De acordo com Machado (2010, p. 87), “o pensamento antropológico e o pensamento feminista são tributários das concepções históricas e mais recentes dos direitos à diversidade cultural e dos direitos à igualdade de gênero”.

O texto está dividido em três partes, na primeira destaca-se o item de exercício mais conceitual sobre mulheres indígenas e a questão de gênero, não com a pretensão de estudos comparativos, a segunda parte é a questão indígena em Roraima dando ênfase ao cenário étnico-cultural e fundiário, enquanto que a terceira e última trata das mulheres no contexto do movimento indígena.

Esperando-se assim contribuir com novas reflexões teórico-metodológicas sobre o feminismo do movimento de mulheres indígenas em Roraima.

## A TEMÁTICA DE GÊNERO NO UNIVERSO CULTURAL DAS MULHERES INDÍGENAS

A temática de gênero no movimento de mulheres indígenas é algo que deu-se no campo do binarismo como foi construído historicamente a sociedade, independente da questão da diversidade étnico-cultural.

No contexto da organização social dos povos indígenas, a divisão do trabalho é feita pelas atividades de cunho masculino e as outras para as mulheres, independente do esforço físico, a exemplo, da mulher indígena em determinadas comunidades quando carregam o jamaxim com mandiocas, vinda da roça. Tem-se uma lógica que

precisa ser interpretada e investigada para a análise das relações de gênero.

Para Piscitelli (2012) afirma que,

A distinção entre sexo e gênero se tornou uma ferramenta conceitual intensamente utilizada na década de 1970, no âmbito das lutas políticas em favor dos direitos das mulheres. Nessa distinção, o primeiro termo remeta à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, ao passo que o segundo se liga às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas (PISCITELLI, 2012, p. 439).

Por isso, é necessário um mergulho na organização social de cada comunidade e/ou povo indígena para buscar o entendimento das relações de gênero que historicamente foram construídas nos universos culturais desses povos. Relações essas muitas vezes consideradas “machistas” à luz da cultura dominante, resultado do processo histórico e formação da sociedade brasileira (HOLANDA, 1989); noutros momentos vemos o controle e poder nas assembleias aonde as mulheres indígenas apenas observam, escutam e pouco manifestam as suas falas.

Portanto, há um total silenciamento da presença feminina na vida social e política, ou seja, a mulher indígena é invisibilizada como sujeito político e histórico. Na análise sobre a vida social, Strathern (2006, p. 43) afirma que “a vida social consiste num constante movimento de um estado para outro, de um tipo de socialidade para outro, de uma unidade (manifestação coletiva ou singularmente) para aquela unidade dividida ou constituída como par com respeito a outra”. Para esta autora “o gênero é a forma principal por meio da qual a alternância é conceitualizada” (Idem).

Piscitelli (2012, p. 441) continua ao destacar que “a distinção entre sexo e gênero que demarcou as discussões na luta pelos direitos das mulheres se diferencia dessas aproximações porque associa à ênfase no caráter cultural da construção das ideias sobre o feminino e o masculino a preocupação com as relações de poder entre os sexos”. Partindo desse conceito, pergunta-se como são as relações de poder com a presença da mulher no movimento indígena? Como a mulher indígena se vê nos processos de luta pelos seus direitos no contexto do movimento indígena? Perguntam estas não sendo objeto deste ensaio, mas apenas inquietações.

Os estudos sócioantropológicos e de gênero sobre mulheres indígenas têm trazido à tona essas discussões na análise de sua condição social. De acordo com Camargo (2016) destaca que,

A condição social e política das mulheres na Amazônia brasileira e sua importância, especialmente as indígenas, começa a ser reconhecida nas últimas décadas do século XX, a partir dos estudos realizados sobre questões de gênero, etnicidade e relações de trabalho, nos últimos anos e o destaque ganharam na luta política. Durante muito tempo suas histórias sociais e culturais ficaram silenciadas como também a violência histórica praticada contra elas (CAMARGO, 2016, p. 214).

Destaca-se que o tema da violência faz parte da agenda social do movimento de

mulheres indígenas em Roraima, uma preocupação que surgiu diante a inserção dos processos de alcoolização presente nas comunidades.

## A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA

O Estado de Roraima foi criado oficialmente em 5 de outubro de 1988, saindo da condição de Território Federal com a promulgação da nova Carta Magna da República Federativa do Brasil, tendo como capital Boa Vista, e mais 14 municípios na sua estrutura político-administrativa. Tem uma população de 505.665 pessoas (IBGE, 2015), sendo que 13% aproximadamente compõe-se de povos indígenas. Esse dado nos dá uma mostra da relevância da temática indígena para o contexto de Roraima, da Amazônia e do Brasil (FREITAS, 2017).

Ao longo do processo histórico, a região conhecida hoje como Roraima é constitutiva da ocupação do Vale do Rio Branco circunscrito ao século XVII em tempos coloniais com a instalação do Forte de São Joaquim em disputas territoriais entre Portugal e Espanha e outros países da Europa, a exemplo da Holanda, Inglaterra e França.

Destaca-se que no período imperial integrou-se ao Amazonas na condição de Vila, em 9 de julho de 1890, sendo sede de um novo município denominado *Boa Vista do Rio Branco*, criado pelo então governador da Província do Amazonas, Augusto Ximenes Ville Roy. A área municipal da vila de Boa Vista foi desmembrada do antigo município amazonense de Moura.

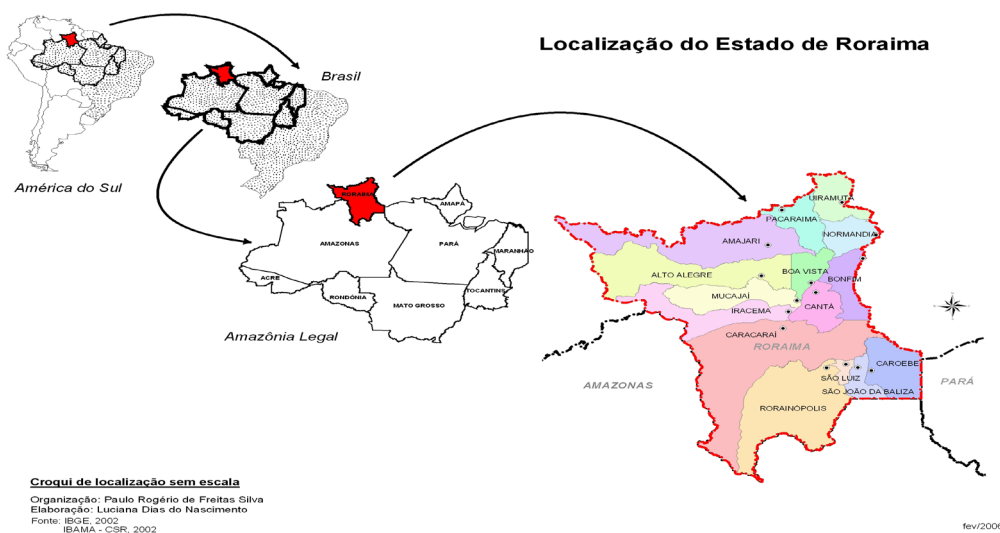


Figura 1. Localização do Estado de Roraima na Amazônia Legal

Fonte: SILVA, 2007. Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil. (USP, Tese de Doutorado).

Em meados do século XX é criado o Território Federal do Rio Branco no Governo do Presidente da República Getúlio Vargas, tornando Boa Vista a capital do então território; transformado em Território Federal de Roraima, em 1962, numa tentativa de

povoamento e desenvolvimento realizado pelo Governo Federal para essa região da Amazônia brasileira.

Hoje o estado faz fronteira com a República Cooperativista de Guiana e República Bolivariana de Venezuela. Em meados do século XX é criado o Território Federal do Rio Branco no Governo do Presidente da República Getúlio Vargas, tornando Boa Vista a capital do então território; transformado em Território Federal de Roraima, em 1962, numa tentativa de povoamento e desenvolvimento realizado pelo Governo Federal para essa região da Amazônia brasileira. Atualmente o estado faz fronteira com a República Cooperativista da Guiana e República Bolivariana de Venezuela.

A situação fundiária de Roraima está assim distribuída com o procedimento administrativo tendo por base a legislação que vige no país que é a Portaria nº 14/1996 da Funai e o Decreto nº 1.775/1996-MJ, que trata da regularização territorial, conforme determina o artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Situação Fundiária	Nº de TIs
Demarcada*	1
Demarcada e homologada**	1
Demarcadas, homologadas e registradas	30

Tabela 1. Procedimento Administrativo das Terras Indígenas em Roraima

Fonte: Instituto Socioambiental: Povos Indígenas no Brasil – 2006/2010, 2011. \*A TI Anaro está com a homologação suspensa parcialmente por liminar da Justiça em 2010.

\*\*A TI Trombetas/Mapuera foi homologada pelo Decreto s/n de 21/12/2009, mas falta o registro na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Os conflitos fundiários continuam na atualidade a exemplo do caso TI/RSS que foi a julgamento no STF entre os anos de 2008/2009; é o caso da TI Anaro que encontra-se com o processo de homologação suspenso, haja vista a ação judicial de fazendeiros contra a regularização fundiária dessa área indígena. Outros conflitos se dão no campo da extração de minérios e madeiras na TI Yanomami. A ideia de conflito vem no sentido de confronto na afirmação de Tarrow (2009, p. 43) que “o confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidade de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos”.

Esse confronto é bem patente em Roraima envolvendo o movimento social indígena e a classe econômica dos rizicultores, cuja resistência indígena não recuou em nenhum momento em virtude das manifestações contrárias ao processo de homologação da TI/RSS. Pelo contrário, os povos indígenas se fortalecem como ação coletiva de apoio de agências indigenistas e organizações não governamentais que atuam em defesa dos direitos desses povos.

Para Santos (2013),



A questão fundiária em Roraima aprofundou-se após a Constituição Federal de 1988 e a criação do estado. A nova carta, em seu artigo 231, reconheceu os direitos dos indígenas às suas terras imemorais, mas o novo estado instrumentalizou os grupos de pressão contrários à materialização local do fato, já que agora se poderia usufruir de uma legislação favorável ao seu discurso. Como resultado, a situação fundiária tornou-se complexa e indefinida, com solução indeterminada e sujeita a desdobramentos políticos (SANTOS, 2013, p. 155).

## O PROTAGONISMO DAS INDÍGENAS NO CONTEXTO MOVIMENTO INDÍGENA

O movimento indígena tem reivindicado a revisão de terras indígenas demarcadas em ilhas, sobretudo nas etnorregiões políticas Amajari e Serra da Lua. As assembleias de tuxauas tem reafirmado essa demanda ao Estado brasileiro por meio da Funai. Outro momento dessa reivindicação é no chamado Abril Indígena, evento em referência ao Dia do Índio que se comemora no dia 19 de abril e também na Marcha pelos Direitos dos Povos Indígenas que acontece no mês de agosto, um demarcador histórico da resistência indígena no diálogo com o Estado.

A resistência indígena no confronto com o Estado ultrapassou séculos de história, Ricardo e Santilli (2009, p.31), afirmam que “apesar da convivência e do confronto de mais de quinhentos anos, o conhecimento que a sociedade e o Estado tem sobre os povos indígenas é fragmentário e cumulativo, embora tenha avançado significativamente a partir dos anos de 1980”. A história indígena na contemporaneidade dar-se pelo fortalecimento identitário e resistência cultural na luta pelos seus direitos.

De acordo com o Conselho Indígena de Roraima (CIR, 2008) e o Instituto Socioambiental (ISA, 2011), os povos indígenas localizados ao leste de Roraima pertencem às etnias Macuxi (29.931 pessoas), Wapichana (7.832 pessoas), Ingaricó (1.271 pessoas), Taurepang (673 pessoas), Patamona (128 pessoas) e Wai-Wai (706 pessoas).

Ressalte-se que essa relação vai sendo moldada na medida em que esses povos criam diálogos interculturais para superação da política assimilacionista imposta pelo Estado brasileiro na perspectiva da integração nacional. Souza Lima (2010) afirma que,

Nos últimos 40 anos, diversas foram as mudanças nas relações entre o Estado Nacional brasileiro e os povos indígenas habitantes do território do país. De uma política desenvolvimentista marcada por um assimilacionismo desenfreado, chegamos até a demarcação na condição de terras indígenas (TIs) extensas partes do território brasileiro, a partir dos anos de 1990 (SOUZA LIMA, 2010, p. 15).

A política assimilacionista vem casada com a lógica repressora do Estado, ao não respeitar a realidade sociocultural desses povos, torna-se dominante. Gramsci (2005, p. 121) afirma que “se o Estado representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país”, fazendo com que a coletividade seja educada

assimilando essas regras impostas. Segundo este autor “que no Estado são obrigações legais, como princípios de conduta moral” (Idem).

Com relação à especificidade dos povos indígenas é imprescindível saber que há uma diversidade étnico-cultural dessas populações em Roraima, que se apresenta por meio de diversas famílias linguísticas e até mesmo com a presença de determinados grupos em outros estados do Brasil como Pará e Amazonas e países fronteiriços com a República Bolivariana de Venezuela e a República Cooperativista da Guiana.

É nesse cenário de luta e resistência dos movimentos indígenas que destacam-se também a presença da mulher indígena que busca romper com a invisibilidade no movimento, historicamente formada com a presença de tuxauas nas assembleias, reuniões e encontros. Para Sacchi (2003) afirma que,

Dentre a diversidade de formas organizativas dos povos indígenas em diferentes regiões do Brasil – de professores, mulheres, estudantes, de uma ou várias comunidades locais – mais de 20 são de mulheres. É na Amazônia brasileira que estão situadas a maior parte das organizações indígenas femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir de 1990 (SACCHI, 2003, p. 96).

Não resta dúvida que essa ruptura deu-se com a própria mobilização e articulação das mulheres indígenas que saem dos bastidores de apoio às assembleias na organização da infraestrutura e atividades laborais de alimentação para o cenário de voz e tomada de decisão nas assembleias políticas. Pode-se mencionar aqui a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), criada em 1989, que historicamente tem na estrutura organizacional o departamento de mulheres, mas em 2009, no estado do Maranhão, em assembleia da instituição, as mulheres aprovaram a criação da Organização das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), um levante pela sua autonomia e empoderamento do movimento de mulheres indígenas, fortalecendo assim o feminismo das indígenas na luta pelos seus direitos e igualdade política.

Segundo a atual presidenta da UMIAB, Telma Taurepang<sup>2</sup> (2017), a criação da organização surgiu valendo-se da mobilização e articulação das mulheres indígenas que integram a base do movimento indígena, a exemplo da COIAB e CIR, buscando a sua autonomia dentro da estrutura organizativa dos movimentos indígenas. Outro aspecto importante é o poder de decisão como movimento das indígenas, além do desafio da autonomia com fala e voto, empoderamento e representatividade nas instâncias deliberativas.

\_\_\_\_ Sacchi (2003) destaca que,

2 47 anos, comunidade indígena do Araçá, município de Amajari, Roraima. Estudante do Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Coordenadora da Secretaria de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima, entre os anos de 2010 a 2016 (conversa dialogada realizada em 27/06/2017). Atualmente é Vice-Presidente da UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira..

O movimento das indígenas em Roraima é muito anterior [1999] à constituição da organização propriamente dita. Desde 1986 as mulheres se reúnem para atividades de corte e costura na Missão Surumu, projeto que contou com apoio da Igreja Católica. Em 1996, na Assembleia Geral dos Tuxauas, em Bismark [região Serra da Lua, município de Bonfim], é reivindicado um espaço próprio para as mulheres. No mesmo ano acontece o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, em Maturuca/ TI Raposa Serra do Sol, no qual as indígenas assumem os seguintes compromissos: o combate ao alcoolismo, a luta pela terra e autosustentabilidade, a revitalização da cultura e continuação do projeto de corte e costura (SACCHI, 2003, p. 97).

Em 1999, é criada formalmente a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR), em Assembleia Estadual realizada na comunidade indígena do Manoá, TI Manoá/Pium, região Serra da Lua, município de Bonfim. É importante ressaltar a função social do coletivo que compõe o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) na assessoria técnica e política que foi dada para a realização deste evento.

De acordo com Andrea Freitas de Vasconcelos<sup>3</sup> (2017), a formação do coletivo de mulheres de Roraima dar-se-á nos anos de 1998/1999 em contato com os estudos de gênero e escola do feminismo que estavam sendo difundidos no final dos anos de 1980, fazendo assim a repensar datas comemorativas (a exemplo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher) em atenção às mulheres com um sentido mais político por parte das feministas que formavam esse coletivo<sup>4</sup>. Portanto, o NUMUR amplia as discussões nos encontros com vista a mobilização e articulação na ruptura desse modelo, fortalecendo assim o protagonismo da mulher em Roraima, e também em interlocução com as indígenas, a exemplo do trabalho de parceria com a OMIRR na realização de oficinas sobre Saúde da Mulher.

As indígenas de Roraima buscam por meio de sua organização e movimento, o fortalecimento de suas atividades por meio também de projetos sustentáveis, a exemplo, do Projeto de Aves, em 2013, que a Secretaria de Mulheres do CIR desenvolveu em oito etnorregiões com apoio financeiro da Embaixada da Noruega (CIR, 2014). Para Telma Taurepang, “o departamento tem o intuito de articular recursos para fortalecer o trabalho das mulheres indígenas da base” (2014). Ressalte-se que a Secretaria de Mulheres/CIR quanto a OMIRR atuam com as mesmas representações de mulheres indígenas nas etnorregiões<sup>5</sup> políticas e culturais de Roraima, com exceção do povo

---

3 Socióloga. Militante e feminista do NUMUR. Foi professora substituta do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Formada em Ciências Sociais pela UFRR e Mestre em Sociologia pela UFAM (conversa dialogada em 26/06/2017).

4 Segundo Vasconcelos (2017) o coletivo inicialmente foi formado com a presença das feministas Francilene dos Santos Rodrigues (professora da UFRR), Nelita Frank (socióloga), Raimunda Gomes da Silva (professora da Universidade Estadual de Roraima – UERR), Ângela Piovani, Ivone Salucci e Maria Aparecida (assessora técnica da Coordenação Estadual de Mulheres/Setrabes, Roraima).

5 O movimento indígena de Roraima por meio das organizações CIR, OMIRR e Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) utilizam-se das estratégias de etnorregiões para articulação e mobilização de suas bases nos campos da terra, saúde, educação, questão ambiental, atividades produtivas, entre outras ações. As etnorregiões são: a) Serra da Lua; b) Murupu; c) Amajari; d) Serras; e) Raposa; f) Taiano (hoje rebatizada de Tabaió); g) Baixo Cotingo; h) Surumu; i) São Marcos; j) WaiWai; l) Yanomami; m) Ye'kuana; e) Ingaricó. (FREITAS, 2017).

Yanomami e Ye'kuana.

E continua Telma Taurepang,

As mulheres indígenas, que historicamente tiveram participação direta na luta pela terra, sempre dedicadas pelo bem estar da família, educação dos filhos, pela saúde de forma tradicional e coletiva da comunidade, hoje, elas se deparam com novos desafios. O desafio de desenvolvimento e ocupação do território demarcado e homologado, atuando com responsabilidade e compromisso em defesa de suas terras e comunidades indígenas (CIR, 2014).

Com essas experiências da OMIRR e Secretaria de Mulheres do CIR, o empoderamento das indígenas é notório com por meio de suas formas organizativas e participação no movimento de tuxauas, rompendo-se assim com um silêncio que perdurou na historiografia de sua exclusão como sujeito dos processos de luta. Para Torres (2015),

A exclusão do sujeito mulher nas anotações de cronistas e naturalistas não parece desnuda de propósitos claros; pode-se perceber a evidente motivação preconceituosa sobre os habitantes do Novo Mundo, especialmente com as mulheres que são retratadas com os piores predicados tais como lascivas sexuais, parideiras e depravadas (TORRES, 2015, p. 13).

Além desses predicados historicamente construídos pelos homens da ciência frente aos relatos de viajantes, naturalistas e expedições científicas a partir do século XVI sobre a Amazônia, as indígenas são vistas apenas como sujeitos para os afazeres domésticos e do lar, cuidar dos filhos, preparar a comida, entre outras atividades que integram a organização social das comunidades. Portanto, a organização e mobilização das mulheres indígenas vem romper com esses silenciamentos, e também com a divisão de papéis na vida comunitária desses povos. Torres (2015) afirma que “é preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica. As relações de gênero são elementos estruturante na vida em sociedade. São relações que tecem os fios das sociabilidades e que engendram os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho” (p. 19).

De certa forma, a OMIRR e a Secretaria de Mulheres do CIR vem rompendo com esses processos de exclusão que historicamente foram constituindo-se nas relações sociais e de gênero, além de lutar pela autonomia do protagonismo como movimento e sujeitos políticos. A OMIRR participação de diversas representações como Conselho Interinstitucional do Insikiran da UFRR e o Conselho Distrital de Saúde do Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima. Ademais, as indígenas tem forte atuação no enfrentamento a violência contra as mulheres, que na suas avaliações são “estimuladas” pela presença da bebida alcoólica dos não indígenas (especialmente a cachaça) nas comunidades. A realização de oficinas, palestras, seminários, debates faz parte de sua agenda, denúncias são feitas às lideranças, que buscam soluções. Logo, as mulheres indígenas reivindicam seu lugar de sujeito político nos espaços de

participação e de tomada de decisões coletivas.

Na XVI assembleia estadual das mulheres indígenas, realizada entre os dias 03 a 07 de maio de 2017, na comunidade do Pium, Região Tabaió, município de Alto Alegre, dedicaram parte dos trabalhos para o tema da violência, Lei Maria da Penha, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes indígenas, apontando os desafios que é tratar da sexualidade e da necessidade de trazerem o tema para o debate.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto foi uma pretensão de destacar o lugar que as indígenas detêm no contexto do movimento indígena de Roraima, em articulação com as ideias de gênero.

Destaca-se nesse processo a questão do feminismo e a organização do movimento de mulheres indígenas em interlocução com o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) no fortalecimento das políticas em defesa dos direitos das mulheres.

E por último, a visibilidade da luta das mulheres indígenas como protagonismo de sua própria história e resistência política, rompendo paradigmas no contexto da organização social de suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Leila Maria. Do silêncio ao discurso: a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: *Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (Orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.
- CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR). Mulheres indígenas de Roraima fortalecem o movimento através de projeto sustentável. Boa Vista, Roraima, em 04 de fevereiro de 2014 (*Site Institucional*).
- FREITAS, Marcos Antonio Braga de. Insikiran: da política indígena à institucionalização da educação superior. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/ Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Gramsci: poder, política e partido*. 1. ed. (Org.). Emir Sader. Soa Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.
- PISCITELI, Adriana. Sexo e gênero. In: *Antropologia&Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Antonio Carlos de Souza Lima (Coord. Geral). Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012.
- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 2006-2010*. Beto Ricardo e Fany Ricardo (Editores). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- RICARDO, Beto; SANTILLI, Márcio. Povos indígenas, fronteiras e militares no estado democrático de direito. In: *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Julia Trujillo Miras et alli (Orgs.). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.



SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas: o processo organizativo e as demandas de gênero. pp. 141-161. In: *Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidade e desafios para políticas públicas*. Ricardo Verdum (Org.). Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003).

SANTOS, Mávera Teixeira dos. Mulheres indígenas na cidade de Boa Vista: as flores nascem no asfalto. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Roraima/Centro de Ciências Humanas/Coordenação de História. Boa Vista, Roraima, 2016.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a “organizados”? In: *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Carlos Noronha Inglez de Sousa et alii (Orgs.). Brasília/Rio de Janeiro: Paralelo 15/Laced, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. Tradução André Villalobos.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. Tradução de Ana Maria Sallum.

TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). *Entrelaçamentos de gênero na Amazônia: silenciamentos, família, corpo e outras intersecções*. Manaus: Valer Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Sateré-Mawé: a epifania de seu povo e suas práticas sociais*. Manaus: Valer Editora, 2014.

TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos (Orgs.). *Intersecção de gênero na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro** - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

### D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

### E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

### F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

### G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

### H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

## I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

## J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

## L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

## M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

## N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

## O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

## P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114  
Performatizações de gênero 86, 87, 90  
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115  
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167  
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40  
Políticas públicas de gênero 28, 42  
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157  
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

## R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153  
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155  
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121  
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

## S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103  
Sistema prisional 31, 34, 40

## T

Trajetória educacional 86, 87  
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

## V

Vida de mulheres lésbicas 86  
Violação de direitos 31, 32, 40  
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166

